

Chega o Dia D. Amanhã Brasília enfim votará

Os 12 candidatos encerram o debate e agora aguardam pelo resultado das urnas

VALMIR CAMPELO

"Somente o êxito econômico vai poder resolver a questão social no Brasil"

"A questão social no Brasil se resolverá através do êxito econômico, pela incorporação ao mercado de uma imensa massa de brasileiros que estão à margem do processo produtivo", disse o candidato a deputado federal, Valmir Campelo, do PFL, ao apontar a insensibilidade, a falta de imaginação e a ausência de uma política capaz de acionar mecanismos que previnam os desequilíbrios sociais, como os fatores responsáveis pelas gravíssimas distorções que se verificam em nossa sociedade.



Para ele, essas distorções provocam a decadência da pessoa humana, a degeneração de sua capacidade assimilativa, inflando na sua maneira de raciocinar, de trabalhar e na limitação de seu relacionamento com o mundo social.

Confessando-se contrário ao paternalismo estatal, Valmir Campelo salientou, entretanto, caber ao Estado criar as condições para estimular o interesse de a comunidade ser mais participativa no processo de desenvolvimento. "Cabe a ele", frisou, "abrir os espaços, descentralizar atividades, dar maior responsabilidade e cobrá-los, para que o êxito das empresas, dos trabalhadores, enfim, da sociedade, possa acontecer".

"Apontar as falhas de nosso modelo econômico é a maneira correta de diagnosticar a causa do problema", garante Valmir Campelo, para concluir que "é necessário mudar, corrigir essas falhas pelo redirecionamento da base do sistema, para um maior equilíbrio entre capital e trabalho".

MARIA DE LOURDES

"A questão social sempre foi relegada a segundo plano"



Para Maria de Lourdes, do PFL, que amanhã disputa uma vaga à Câmara, a questão social no Brasil sempre foi relegada a segundo plano. Sempre que o Governo "tinha necessidade de arrumar mais dinheiro, retirava dos programas sociais. Nós achamos que a melhor oportunidade de mudar essa visão, já encravada na história brasileira, é exatamente na Assembleia Nacional Constituinte".

Lembrou que o presidente José Sarney definiu como meta do seu Governo acabar com a fome, o principal problema social, "e nós temos que reforçar cada vez mais esta prioridade. Vamos criar mecanismos na Nova Constituição assegurando que as verbas destinadas aos programas sociais não serão desviadas". Disse que o Brasil já gas-

tou muito dinheiro com obras faraônicas, a Transamazônica, as usinas nucleares, a ponte Rio-Niterói e a Hidrelétrica de Itaipu. Se 1 por cento do dinheiro gasto nestas obras fosse destinado às obras sociais, lembrou, muitos problemas das regiões mais carentes do País poderiam já ter sido resolvidos.

"Conheço bem o problema, porque nos 15 anos que passei na Administração Regional de Cuiabá, a maior dificuldade foi exatamente a falta de verbas para os programas sociais".

Nos temos que nos conscientizar que somos um País pobre e não temos outra alternativa a não ser dar prioridade à questão social. Eu sempre defendi isso e pretendo continuar esse trabalho na Constituinte — disse.

GERALDO VASCONCELOS

"A questão social deve merecer mais prioridade da parte do Governo"



A questão social, que se agrava a cada dia no País, tem que ter prioridade do Governo que deve buscar, com empenho e decisão, medidas que resolvam uma situação aflitiva que atinge uma parcela ponderável da população brasileira, notadamente no Norte e no Nordeste e também nas cidades-satélites do Distrito Federal, para onde migram os brasileiros acossados pela fome oriunda da falta de trabalho e das estagens prolongadas.

Esse é o pensamento do editor Geraldo Vasconcelos, que concorre a uma cadeira de Deputado Federal no pleito de amanhã, pela legenda do PDT, com chances excepcionais de ser eleito.

Seu programa de trabalho, a ser desenvolvido no Congresso Nacional, inclui, na verdade, a solução para os mais diversos e complexos problemas sociais: educação, habitação, saúde, segurança da população da cidade e do campo, reforma do sistema penitenciário, criação de novos empregos, implantação de novas universidades para ensino gratuito, situação do funcionalismo público, transportes, concursos públicos, massificação do esporte, reforma agrária, modernização da estrutura sindical, saneamento, minorias sociais e étnicas, direito do voto a todos os brasileiros, regulamentação de todas as profissões, solo e áreas verdes e os aposentados.

GERALDO CAMPOS

"É tarefa do Governo resgatar a cidadania reprimida na longa noite da ditadura"



"Agora que estamos recuperando a liberdade há tantos anos negada e no início do processo de transição democrática, com o qual estamos inteiramente comprometidos, não podemos nos dar por satisfeitos apenas com a conquista das liberdades civis", disse Geraldo Campos, que amanhã disputa uma vaga pelo PMDB à Câmara, sobre o tema da questão social.

Disse que vê como necessária a extensão da democracia também para o campo sócio-econômico, "ampliando o nível de emprego, criando oportunidade de trabalho para todos, promovendo melhoria das condições de vida para que o cidadão disponha também de meios concretos para o exercício das liberdades civis".

Lembrou que é tarefa do Governo resgatar a cidadania reprimida e mutilada "na longa noite da ditadura militar".

"Não podemos alimentar o sonho de uma grande nação enquanto estivermos com quase um terço da população em idade escolar sem acesso à educação básica".

"E como acelerar o processo de desenvolvimento da 8ª potência econômica do mundo, com a maioria de sua população submetida a um nível de qualidade de vida equivalente aos países mais atrasados da Ásia e da África?" perguntou o candidato pelo PMDB.

EURIDES BRITO

"Pelo menos 49% das famílias estão abaixo da pobreza"



As condições sociais em que vive o povo brasileiro são dramáticas, mesmo no Distrito Federal, que está acima da média do País. Calcula-se que 49 por cento das famílias estão abaixo da linha de pobreza no Brasil, situando-nos muito abaixo da Argentina, Chile, Costa Rica e México. Por isto defendemos uma política social integrada, envolvendo educação, saúde, trabalho, previdência e todos os setores da área social, disse a candidata Eurides Brito, sobre o debate a questão social. Sem esforços integrados, disse, "assistimos ao desperdício e à ineficiência, cada órgão tratando de uma parte do homem brasileiro, como se ele fosse uma cômoda". A atuação isolada é um meio de não resolver problemas e manter a situação como está. Assim, a candidata pelo

PFL defende uma ação enérgica do Poder Legislativo, onde se encontram os representantes eleitos pelo povo, em favor da prioridade da questão social.

Por muitos anos contemplou-se o desenvolvimento econômico, dizendo que os frutos sociais viriam depois, lembrou. "Hoje temos que colocar o social em primeiro plano, e a economia a seu real serviço. Distribuir alimentos e serviços de emprego e salários que permita ao homem viver com a dignidade".

No nosso caso específico, há que se gerar empregos, pois a cada ano aumenta assustadoramente o número de desempregados. Para os jovens, Brasília corre o risco de deixar de ser a Capital da Esperança para tornar-se a Capital da Desesperança — enfatizou Eurides Brito.

JOSÉ ORNELLAS

"O êxodo rural é produto da diferença de vida entre a cidade e o campo"



A vida moderna, especialmente em países em desenvolvimento como o Brasil, criou a orfandade das ruas e o desequilíbrio social entre classes e categorias. No Brasil, e principalmente em sua Capital, essas disparidades aparecem no desequilíbrio entre regiões e até entre a zona urbana, a periferia das cidades e a zona rural.

Para o candidato ao Senado pelo PL, José Ornellas, o êxodo rural "não é produto senão da diferença de vida entre a cidade e o campo. Daí o peso que a questão social alcança na correlação de qualidade de vida entre um e outro setor".

Lembrou que durante o seu Governo no Distrito Federal, procurou identificar os bolsões de miséria, situados basicamente nas "invasões", versão brasileira das favelas. Embora sabendo que suas origens estavam nas migrações — outro subproduto básico, "que era o da falta de moradia, mas pratiquei também o saneamento básico, disseminando rede de esgotos por todas as satélites" — ficaram faltando apenas 40 por cento da rede de esgotos do Gama, mesmo assim com os respectivos recursos já previstos no orçamento de 85. Disse ainda que desenvolveu programas como o do aleitamento materno e levou os postos de saúde inclusive aos núcleos rurais.

"É claro que a questão social e as diferenças de condições de vida entre camadas da mesma população não se resolvem pelo equacionamento dos problemas de uma cidade, mas pelo estancamento das causas, que são de âmbito nacional. Não adianta apenas administrar consequências", disse.

NEWTON ROSSI

"Mesmo sendo a 8ª economia do mundo, o Brasil ainda tem muita pobreza"



Brasil é detentor de um Produto Interno Bruto da ordem de 245 bilhões de dólares, estando incluído, portanto, no seleto clube das potências econômicas mundiais, ocupando o 8º lugar". Assim, o candidato ao Senado pelo PDC, Newton Rossi, abriu sua participação no debate sobre a questão social.

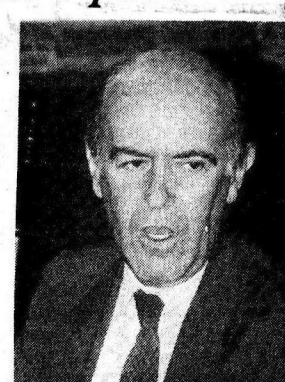
"Embora tenhamos alcançado essa notável projeção internacional de ordem econômica — e muitos já prevêm que passaremos à 5ª ou 6ª colocação até o fim do século — não podemos esquecer que convivemos entre a miséria e a modernidade, com imensos focos de pobreza, de fome e de desemprego espalhados por esse imenso País, onde, ainda, cerca de 30 por cento das famílias vivem em condição de quase indigência,

com rendimento mensal inferior ao salário mínimo e 25 por cento das famílias estão em condições de reconhecida pobreza, com rendimento entre um e dois salários mínimos". Outras famílias convivem com a subnutrição, com as doenças e a morte prematura de crianças, lembrou.

O conhecimento e o reconhecimento desse "retrato grotesco mas, infelizmente, verdadeiro, obriga-nos, a todos nós, defender uma inquestionável prioridade para a questão social, com a implantação de um amplo e arrojado programa plurianual de desenvolvimento social, cujo objetivo maior seja o de levar a grande massa de 40 milhões de deserdados da sorte para integrar a sociedade de consumo".

CARLOS MURILO

"O nosso País tem uma enorme dívida social a resgatar com o povo"



Carlos Murilo, mineiro de Diamantina, reside em Brasília desde 1960. Foi deputado estadual e federal por Minas Gerais pelo antigo PSD. Em 1966, foi um dos fundadores do MDB nacional ao lado de Ulysses Guimarães, Tancredo Neves e outros grandes figuras nacionais. Em 1969 foi cassado. Com a redemocratização do País exerceu a função de Secretário de Serviços Públicos do GDP.

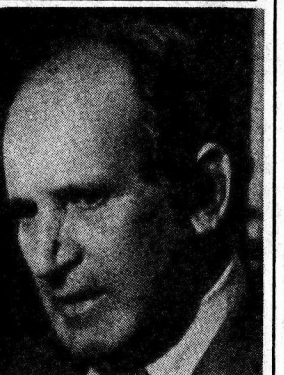
Era o candidato de Tancredo Neves para governar Brasília. Sua carreira política foi marcada pela constante presença ao lado de Juscelino Kubitschek, seu primo e responsável por sua introdução na vida pública. Foi com Carlos Murilo que Juscelino contou na Câmara Federal para articular a aprovação das leis que viabilizaram a transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília. Foi uma verdadeira batalha naquela época. Hoje é candidato ao Senado Federal pelo PMDBDF.

"O nosso País tem uma enorme dívida social a resgatar com o seu povo. Entendo ser fundamental para o Brasil uma melhor distribuição de renda, porque, afinal, de contas, nada vale ser a 8ª economia mundial enquanto a população tem uma das mais baixas rendas per-capita do mundo", disse.

"O presidente Sarney, corajosamente, iniciou o processo de reversão das medidas do patriotismo daqueles que foram escolhidos pelo povo para inserir na nova Constituição o ideal de justiça social, obrigatoriamente, terá de estar presente em todos os capítulos da nossa nova Carta Magna. Este é o meu compromisso com o Brasil e com o povo brasileiro".

MAURÍCIO CORRÊA

"A melhoria da justiça social só se faz com distribuição de renda"



"Para haver maior justiça social no Brasil é imprescindível uma melhor distribuição das riquezas no País". A afirmação é do presidente licenciado da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Distrito Federal, e candidato a senador pelo PDT, Maurício Corrêa.

Segundo Corrêa "é inconcebível que o Brasil, sendo a 8ª economia mundial, tenha a grande maioria da população vivendo em padrões africanos. Mas esta distorção somente será corrigida quando houver um redirecionamento das prioridades governamentais, abandonando o ufanismo de crescer desmesuradamente, para investir melhor nos níveis de vida da população".

Ainda de acordo com o ponto de vista do candidato, "enquanto existir no Brasil pessoas desnutridas, analfabetas, carentes de saúde e de segurança, as autoridades deste País não devem sossegar na procura de soluções para estas questões".

Para Maurício Corrêa, os contrastes verificados na sociedade brasileira precisam ser desfeitos, pois, "enquanto alguns poucos vivem usufruindo de todo o conforto, a grande maioria do povo passa necessidades inimagináveis, com um altíssimo índice de mortalidade infantil e o desemprego crescente, marginalizando o grande contingente de mão-de-obra que se apresenta anualmente ao mercado de trabalho", arrematou o candidato do PDT.

BENEDITO DOMINGOS

"Somos um País capitalista e sem capital, dependente da economia dos mais ricos"



Para o deputado ao Senado pelo PFL, Benedito Domingos, a questão social do Brasil é comparada, hoje, à existente nos países do terceiro mundo em termos de trabalho, alimentação, saúde, educação e salários. "Somos um País capitalista e sem capital, dependente das nuances da economia dos países ricos para sobrevivermos modestamente. Isto acontece em função da falta de prioridades na execução de um programa político direcionado para esses setores. O investimento social sempre ficou relegado ao terceiro plano e o homem esquecido de suas necessidades primárias para sua sobrevivência", disse.

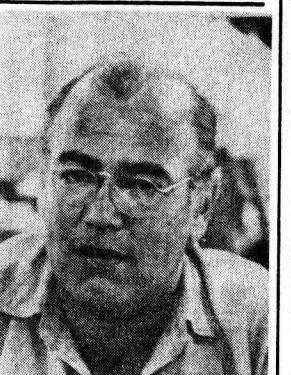
"Como poderemos acabar com esses desníveis? pergunta. Acreditada que a criação de leis "que obriguem o Executivo a dar cumprimento, aliado a um intenso processo de fiscalização, torna-se necessário para que os projetos não sejam desvirtuados em função da vontade ou da alternância dos partidos no po-

der. A Assembleia Constituinte terá por obrigação analisar, debater e criar uma legislação apoiada por mecanismos que acabem com as distorções existentes".

Não se concebe a ideia — segundo Domingos, de que importantes projetos fiquem esquecidos nos gabinetes burocráticos pela simples falta de uma lei ou de uma vontade política para sua concretização prática em detrimento da conquista dos 130 milhões de habitantes.

PAULO NARDELLI

"O Brasil editou sete constituições em 161 anos, uma a cada 23 anos"



Em 161 anos o Brasil editou sete Constituições, ou seja, uma a cada 23 anos. Nas sete Cartas Magnas, o princípio da ordem econômica e social está diretamente ligado à promoção, pelo Estado, do desenvolvimento nacional e a justiça social, através de garantias como a de trabalho que possibilite uma existência digna a todos os cidadãos. Este preceito, que vem sendo aprimorado durante todos estes anos, não tem conseguido, entretanto, ser colocado efetivamente na prática.

Segundo o candidato à Câmara pelo PMDB, Paulo Nardelli, promover a justiça social, dando condições iguais a todos "se constitui numa das tarefas mais difíceis, devendo compreender não só a expansão de oportunidades de empregos produtivos, como também a participação de todos os brasileiros na cidadania e no gozo do bem-estar social".

Para Nardelli, a Nova Constituição que "os brasileiros vão ajudar a elaborar, a partir do ano que vem, deve colocar a justiça social como ponto prioritário de seus debates". Deve procurar garantir o direito ao trabalho mediante uma política de pleno emprego; o direito a uma fonte de renda que possibilite uma existência digna; a igualdade de oportunidades na escolha da profissão ou no gênero do trabalho; direito à moradia de dimensões adequadas; desenvolver uma política de segurança social; garantir o respeito e a proteção social às minorias e a igualdade de direitos entre o trabalhador urbano e o rural.

MÁRCIA KUBITSCHKE

"A ideia dos brasileiros para o Brasil foi sepultada junto com o autoritarismo"



"Antes de outras considerações, é indispensável reconhecer que a história é justa com quem nasce comprometido com a questão social. Acusavam Juscelino de paternalista ao promover um desenvolvimento que privilegiava pessoas, indiscriminadamente, em vez de setores específicos da atividade produtiva. Pois bem: o Estado democrático, moderno, revelou-se essencialmente assistencialista. Já não é preciso ir aos países nórdicos para constatar. Nem os Estados Unidos de Reagan e a Inglaterra de Thatcher fogem à regra", disse a candidata pelo PMDB à Câmara, Márcia Kubitschke.

"Meu compromisso não se restringe a propor a explicitação do compromisso primordial do Estado com o setor social. Vai muito além, pois será pautado na luta para que meus pares não se afastem do imperativo de se elaborar uma Carta que consagre um princípio filosófico para a vida de todos — o Brasil para os brasileiros. A ideia

dos brasileiros para o Brasil foi sepultada junto com o autoritarismo", disse.

— Eu e meus representantes vemos a questão social como prioridade absoluta, a ponto de todos os outros problemas nos parecerem varejismo, discussão por troco. Postulamos regras orientadoras para privilegiar saúde, educação, transportes, habitação e alimentação. O resto, como a própria sabedoria popular já se encarregou de definir, sabidamente, não passa de questão irrelevante diante do inquietante problema social — ressaltou.